



ACM: opinião pública não aceita privilégios

## ACM espera derrubar privilégio de juízes

*Presidente do Senado anuncia saída regimental para retirar da reforma da Previdência a possibilidade de aposentadoria especial para magistrados e confirma votação em plenário de proposta que extingue o IPC*



Beni Veras: relator, assim como Osmar Dias

### Comissões votam hoje o fim do IPC

Três comissões do Senado - CCJ, CAE e CAS - devem votar hoje o fim do IPC. Projeto de Carlos Wilson extingue o instituto, enquanto proposta da Câmara o substitui por um Plano de Seguridade Social dos Congressistas. Uma terceira proposta, de Jefferson Péres, torna facultativa a filiação ao IPC. Os projetos serão relatados por Beni Veras, Osmar Dias e Nabor Júnior. Pág. 5

Magistrados e parlamentares não terão quaisquer privilégios na aposentadoria, segundo previu ontem o presidente do Senado. Antonio Carlos Magalhães.

ACM anunciou haver encontrado uma saída regimental - o destaque supressivo - para retirar da reforma da Previdência a possibilidade de aposentadoria diferenciada para os magistrados.

O presidente do Senado confirmou para amanhã a votação em plenário de projeto que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

Assim que as duas votações estiverem concluídas - provavelmente no dia 9 -, ACM convocará rede nacional de rádio e televisão para defender o Congresso Nacional. Página 5

### Sai gabarito de concurso

O Diário Oficial da União e os jornais de Brasília publicam hoje o gabarito oficial das provas objetivas, realizadas no último domingo, do concurso público para Analista Legislativo do Senado, Área de Comunicação Social, Contatos e Eventos. O gabarito também pode ser encontrado na Internet, no endereço <http://www.senado.gov.br> (home page Senado).

### NESTA EDIÇÃO

**Arruda: MP garante som evangélico**

PÁGINA 7

**Congresso melhora o Orçamento**

PÁGINA 6

# Agenda do Dia

## PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

11h30 - Recebe Nelson Gomes da Silva, presidente do TRF - 1ª região, acompanhado de juizes federais  
15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

## PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado  
Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar os 170 anos do Jornal do Commercio.

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 124/97, que autoriza o estado de Sergipe a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 50 milhões, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público - PDV, que integra o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e do "Projeto de Resolução nº 115/97, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do estado de Santa Catarina para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no dia 1º de outubro de 1997

## COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação do "Projeto de Resolução nº 86/97 (tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 140/96), que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22.05.97, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o governo do estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; do "Projeto de Resolução nº 140/96 (tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 86/97), que encaminha ao Senado Federal o Parecer Dedit/Diare-96/1079 de 13.12.96, que trata do Protocolo de Acordo entre o governo federal e o estado de São Paulo sobre operação de crédito; e da "PEC nº 25/97, que altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1/94 (Fundo Social de Emergência). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: "Mensagem nº 152/97, que submete à apreciação do Senado o nome do diplomata Oto Agripino Maia para, cumulativamente com o cargo de embaixador junto à República da África do Sul, exercer o mesmo cargo junto ao Reino do Lesoto; "PDL nº 63/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas Verbais, que prorroga, por um período de dois anos, artigos da Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda, celebrado entre o Brasil e o Governo do Reino da Suécia; "PDL nº 64/97, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, firmado entre o Brasil e o Governo do Reino da Espanha; "PDL nº 72/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Brasil e o Governo da República Italiana; "Diversos nº 51/97, solicitando que se promova o "Seminário para a Consolidação das Ligações Rodoviárias Atlântico-Pacífico, no âmbito das atividades da comissão; "PDL nº 57/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação ao Domínio do Turismo, celebrado entre o Brasil e o Governo da República da Coreia; "PDL nº 75/97, que aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estante, celebrado em Londres. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Temporária para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Discussão da agenda para futuras reuniões e diligências e escolha dos nomes dos próximos depoentes. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos

Pauta: "PLC nº 49/96 (não terminativo - tramitando em conjunto com os PLS nºs 191/95 e 33/96), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; "PLS nº 33/96 (não terminativo - tramitando em conjunto

com o PLC nº 49/96 e o PLS nº 191/95), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; o "PLS nº 191/95 (não terminativo - tramitando em conjunto com o PLS nº 33/96 e o PLC nº 49/96), que altera a Lei nº 7.087/82, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: Apreciação de projetos da lei de créditos adicionais e do parecer preliminar do Orçamento de 98. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados  
Reunião de instalação destinada a examinar e emitir parecer das seguintes medidas provisórias:

10h - MP 1580-2/97, que autoriza a Eletrobrás e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Alagoas - Coal, para efeito de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND, bem assim o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Docas do Estado de São Paulo - Codesp. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP 1579-12/97, que altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082/95, dos arts. 19, 34, 35 e parágrafo 4º do art. 53 da Lei nº 9.293/96, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1569-6/97, que estabelece multa em operações de importação e dá outras providências. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1531-10/97, que dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da administração pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

## PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Quarta-feira (1º.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Votação do "PLC nº 49/96 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 191/95 e 33/96), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; "PLS nº 191/95 (tramitando em conjunto com os PLC nº 49/96 e PLS nº 33/96), que altera a Lei nº 7.087/82, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; "PLS nº 33/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 49/96 e PLS nº 191/95), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e discussão de seis projetos de decreto legislativo renovando a permissão para exploração de radiodifusão sonora para emissores de rádio; e votação em turno único do "Requerimento nº 698/97, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 3 e 20/97, que versam sobre segundo turno de eleições.

Quinta-feira (02.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição

Sexta-feira (03.10.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Quarta-feira (1º.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art.199 da Constituição federal, que dá a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

# Hoje, via Embratel, como obter na fonte recursos para saúde

O Senado Federal realiza hoje, das 14h às 17h, a Segunda Teleconferência sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais, sem Intermediação de Terceiros, desta vez na área da saúde. Participarão o primeiro vice-presidente e o primeiro-secretário da Casa, respectivamente, senadores Geraldo Melo e Ronaldo Cunha Lima, além do ministro interino da Saúde, Bargas Negre.

Caberá ao consultor de orçamento Hipólito Gadelha Remigio expor as estratégias de obtenção de recursos federais e ao consultor legislativo Luiz Carlos Romero abordar aspectos da municipalização

da saúde.

Transmitida via Embratel, a teleconferência poderá ser vista em telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda nas capitais e nas principais cidades do país. O espectador poderá fazer perguntas pelo telefone 0800-610100 ou pelo fax 0800-610115.

O evento dá continuidade à 1ª etapa do Projeto Teleinformações, método de programas educativos que serão veiculados pela TV Senado e que, em cooperação com o Prodasen, poderão também ser acessados via Internet.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anoushe

Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza,

Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça

Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica

Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suely

Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Cádio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araujo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronúncias citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-40 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o País.

www.senado.gov.br

Com parecer favorável do senador Renan Calheiros, a emenda constitucional sobre o Fundo de Estabilização Fiscal está na pauta da reunião desta manhã. Na CRE, o tema é o acúmulo de funções do embaixador na África do Sul

## CCJ discute hoje prorrogação do FEF

O parecer favorável do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) à proposta de emenda constitucional que prorroga a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) será apreciado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião prevista para as 10h. Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a co-

missão deverá deliberar ainda sobre projeto de resolução que trata do refinanciamento de dívidas do estado de São Paulo.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), deverá se reunir às 10h para apreciar mensagem do presidente da República submetendo à

deliberação do Senado o nome do diplomata Oto Agripino Maia para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na África do Sul, exercer as mesmas funções junto ao Reino do Lesoto. Integram ainda a pauta da comissão diversos projetos de decreto legislativo sobre tratado e acordos internacionais.



Calheiros: a favor da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal

## Combate à Aids pelo Ministério da Saúde é elogiado por Alcântara

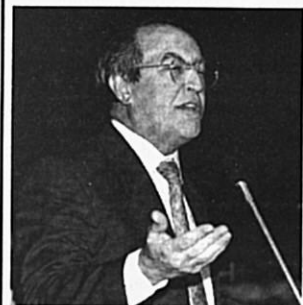
O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a atuação do governo brasileiro, em especial o ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque, pelas "muitas vitórias que vem obtendo na luta contra a Aids, não só garantindo aos portadores do HIV ampla assistência, mas empenhando todos os meios de que dispõe para barrar a escalada da doença".

De acordo com o senador, o ministro espera que, com a aprovação do novo Projeto de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, para o período de junho de 1998 a junho de 2002, o Ministério da Saúde possa promover uma nova política e

um novo programa de combate à doença, em nível nacional.

Lúcio Alcântara destacou que o novo programa incluirá projetos específicos dirigidos aos diferentes subgrupos da população considerados pelo seu grau maior de vulnerabilidade e risco de infecção pelo HIV.

- Todo esse complexo fundamenta-se na consolidação de um amplo sistema de parcerias com instituições da responsabilidade dos ministérios da Educação e da Justiça, secretarias estaduais e municipais de Saúde, além de institutos de treinamento e pesquisa e centenas de organizações não-governamentais - assinalou.



Alcântara: aplauso ao ministro Carlos César Albuquerque pelo combate à Aids

## Modernização do serviço militar começa a ser apreciada amanhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado vai apreciar amanhã proposta de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) instituindo o serviço civil obrigatório, a ser prestado por jovens na idade de recrutamento, inclusive mulheres, como alternativa ao serviço militar.

A proposta conta com parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que realizou consulta prévia ao Estado-Maior das Forças Armadas antes de formular seu voto, no qual ressalta que a medida vai de acordo com a tendência internacional de desmilitarização decorrente do fim da política da Guerra Fria.

Antonio Carlos Magalhães decidiu propor a alteração ao conhecer o sistema durante vi-



Tuma: consulta aos militares

sita à França, um dos países que o adotaram, com excelentes resultados. O senador explica que foi atraído pela possibilidade de que o serviço civil venha a diminuir as taxas de desemprego, conforme já acontece entre os franceses.

Pela emenda, o serviço militar não será extinto, mas ficará reduzido à quantidade de

jovens realmente necessários para atender à demanda das Forças Armadas nas atividades de defesa do país.

Os inscritos no serviço civil obrigatório serão remunerados pelo contratante de seus serviços, que poderá ser a União, empresas ou organizações comunitárias. A forma dessa remuneração, bem como outros detalhes de organização, serão especificados em legislação complementar.

Entre as possibilidades oferecidas pelo serviço civil obrigatório está a utilização de jovens em atividades de apoio à segurança, ao trânsito, às atividades das varas de família, vigilância e apoio às comunidades de bairro, assistência social, e a deficientes físicos e idosos.

## Senado vota projetos de interesse de Sergipe e Santa Catarina

O plenário do Senado vota hoje projeto de resolução que autoriza o estado de Sergipe a contratar operação de crédito de R\$ 50 milhões, junto à Caixa Econômica Federal, para o financiamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público, que integra o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Também será apreciado projeto de resolução autorizando a elevação temporária dos limites de endividamento do estado de Santa Catarina para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do estado, destinado-se os recursos ao giro de sua dívida

mobiliária com vencimento na próxima quarta-feira (dia 1º). O plenário discute ainda três projetos de decreto legislativo que renovam as concessões das seguintes emissoras: Rádio e Televisão Vila Rica, de Belo Horizonte; Rádio Pioneira, de Salto (SP); e Rádio Franca do Imperador, de Franca (SP).

*Homenagem em Copacabana, no fim de semana, motivou a senadora a pedir uma ação política decisiva do governo em relação aos idosos, que serão 33 milhões em 2025*

## Benedita defende a terceira idade

O Brasil não está preparado para enfrentar o envelhecimento de sua população, segundo a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que cobrou ontem uma ação mais efetiva do governo em benefício dos idosos, que "têm sido tratados como cidadãos de terceira categoria".

Depois de citar dados do último censo do IBGE, prevendo para 2025 cerca de 33 milhões de brasileiros acima de 60 anos, a senadora afirmou que esse avanço da idade da população não está sendo acompanhado pelas políticas sociais do governo.

O resultado da falta de uma política e de todo o descaso está sendo a pior significativa do atendimento ao idoso. E agora, com a refor-



**Benedita:** sociedade tem preconceito contra os mais idosos

ma previdenciária estabelecendo que o trabalhador só poderá aposentar-se com 35 anos de contribuição e 60 de idade, muito provavelmente tenhamos uma imensa legião de idosos, sem trabalho e sem aposentadoria, condenados à própria sorte - frisou.

### MANIFESTAÇÃO

Benedita da Silva registrou manifestação ocorrida no último sábado, na praia de

Copacabana, no Rio de Janeiro, "onde mais de 10 mil pessoas realizaram uma caminhada que significou a integração de várias gerações". Segundo ela, a sociedade tem uma visão "altamente preconceituosa em relação aos idosos, que, na verdade, são alegres e bem humorados".

- A comemoração foi belíssima e, desde roqueiros

a punks e sambistas, todos participaram exibindo bandeiras, flores e faixas. Quero saudar o chefe do Departamento de Idosos da Organização Mundial de Saúde, o carioca Alexandre Kalache, que contribuiu para que a manifestação pudesse acontecer - disse.

Benedita da Silva lembrou que o Dia Internacional do Idoso será comemorado amanhã. Atendendo a reivindicação de grupos da chamada terceira idade, ela sugeriu que 1999 seja considerado o Ano Internacional do Idoso.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou a senadora pela oportunidade do pronunciamento, e disse que "o idoso começa a morrer a partir da aposentadoria".



Quintanilha: reeleição é fato

## Quintanilha não vê mais razão para a inelegibilidade

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou ontem, em plenário, que não há mais sentido em manter a inelegibilidade de parentes até o segundo grau do presidente da República, governadores e prefeitos, "se a Constituição foi mudada e agora se permite até reeleição de presidente e governadores".

Ele encaminhou requerimento para que proposta de emenda constitucional de sua autoria, apresentada em março último, tramite junto com outras duas emendas que pretendem mudar a Lei de Inelegibilidade. A proposta do senador revoga um parágrafo do artigo 14 da Constituição que considera inelegíveis esses parentes de até segundo grau. As outras emendas, apresentadas pelo senador Espérico Amin (PPB-SC) e pelo deputado Antônio dos Santos, e que já estiveram na Ordem do Dia para votação, retornaram à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise mais aprofundada. Quintanilha argumenta que as inelegibilidades existem no país para se preservarem os cofres públicos "da indevida utilização em campanhas eleitorais". Agora, no entanto, depois de permitida a reeleição, "há uma legislação detalhada sobre o assunto, capaz de impedir tais desvios", sustenta o senador.

## Nabor: falta de fidelidade é traição a eleitor

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem o restabelecimento da fidelidade partidária, sob o argumento de que a "liberalidade absurda", permitida pela falta de limitações na legislação em vigor, é "poderoso incentivo à instabilidade político-institucional do país".

Nabor acredita que a mudança de partidos por parte de lideranças políticas às vésperas das eleições (expira no próximo dia 3 o prazo para filiações dos que pretendem disputar as eleições em 1998) gera insegurança no eleitorado e enfraquece os partidos.

- Devemos a cada cidadão uma atitude de verdadeiro respeito por seus vo-

tos. É necessária a construção de um regime democrático sólido e estável, que tenha fundamentos e, como pilares, partidos antagônicos entre si; divergentes em ideologia. Todos, entretanto, fortes e definidos, permitindo aos cidadãos a certeza de estar votando em candidatos

*Matéria publicada na imprensa estima crescimento de 30% nos partidos que apoiam o governo, enquanto outros diminuíram*

e agremiações que representem sua soberana vontade e às quais serão fiéis no desempenho dos mandatos que postulam - afirmou.

Ele defendeu um meca-

**Nabor:** pela volta da fidelidade partidária, em respeito ao voto

nismo legal que, no mínimo, dificulte refiliações e migrações através das legendas partidárias de homens públicos ou candidatos. Em referência à publi-

cação do *Journal do Brasil* intitulada "Troca de partidos tem semana decisiva", constatou que

as representações parlamentares dos partidos que compõem o núcleo do governo aumentaram em mais de 30%, enquanto em outros, como o PMDB, diminuíram sensivelmente.



Mesa do Senado vai apresentar emenda supressiva em relação à aposentadoria especial dos magistrados. Hoje, o plenário votará o fim do IPC, que garante aposentadoria especial aos parlamentares

# ACM acha saída para pôr fim a privilégios

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem ter encontrado uma saída regimental para suprimir da reforma da Previdência os privilégios dos magistrados. A fórmula - um destaque supressivo - será utilizada durante a votação em segundo turno, marcada para o dia 8 de outubro. O senador confirmou para amanhã a votação do projeto extinguindo o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), que garante aposentadoria especial aos parlamentares. Assim que as duas votações estiverem concluídas - provavelmente no dia 9 - Antonio Carlos convocará rede nacional de rádio e televisão em defesa do Congresso.

- Encontrei a solução. A Mesa vai apresentar emenda supressiva. Como destaque, é juridicamente perfeito. Vamos fazer essa emenda de acor-

dos do IPC, que passam à União. As vantagens desaparecerão, mas os direitos serão resguardados, e o fundo de pensão que será criado seguirá as mesmas regras gerais que valem para todo mundo - disse.

O senador não viu qualquer censura ao Congresso nas recentes declarações do presidente da República, e aproveitou para definir sua própria posição quanto aos privilégios dos juizes.

- Não quero passar como quem quer criticar seus próprios colegas. Sempre fui contra a manutenção desses privilégios, mas o fato é que esse dispositivo foi aprovado. Eu não votaria a favor se tivesse direito a voto. Quanto ao presidente do Supremo Tribunal Federal, não me cabe mais nem analisar. O importante é que encontrei uma solução: a Mesa vai apresentar emenda no segundo turno para cortar esses privilégios do texto, e já ir para a Câmara sem eles - afirmou.

Antonio Carlos disse que, ao pedir a convocação de cadeia nacional de rádio e TV, sua intenção é prestar esclarecimentos à opinião pública. "Minha obrigação é defender o Congresso quando estiver certo. Não posso achar que todos estão certos, mas o Congresso, como instituição, age certo", observou.

## "LEI PELÉ"

O presidente do Senado discordou da decisão do governo, que solicitou tramitação em regime de urgência urgentíssima (45 dias) para a "Lei Pelé", apesar do caráter polêmico da matéria. O senador não se pronunciou, porém, sobre o mérito da proposta.

- Eu só conheço a matéria pela discussão entre Pelé e Havelange. Mas uma lei dessas não pode ser votada em urgência urgentíssima de 45 dias de prazo. Precisamos ser realistas e não criar expectativas falsas. O governo errou ao pedir essa urgência, porque não vai conseguir votar nesse prazo, e sabe que não conseguirá - afirmou.



Antonio Carlos convocará rede de TV

do com a vontade da opinião pública, traduzida muito bem pela imprensa, cessando os privilégios para os magistrados - disse.

O senador garantiu que, se realmente houver qualquer dispositivo mantendo privilégios no fundo de pensão que substituirá o IPC, ele será derrubado pelo Senado, mesmo que isto signifique a necessidade da matéria voltar à Câmara.

Antonio Carlos explicou que uma figura de reputação ilibada será escolhida para gerir a liquidação do patrimônio da entidade, que gira em torno de R\$ 200 milhões.

- Temos que criar um órgão temporário para gerir os recur-



Projeto de Wilson respeita direitos adquiridos



Jefferson extingue a filiação obrigatória

## Comissões decidem hoje qual será o destino do IPC

Extinguir o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), simplesmente; substituí-lo por um Plano de Seguridade Social dos Congressistas; tornar facultativa a filiação dos parlamentares ao IPC. Essas são as propostas distribuídas em três projetos de lei que serão apreciados hoje em reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), presididas pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), José Serra (PSDB-SP) e Ademir Andrade (PSB-PA), respectivamente.

Os três projetos - um de autoria do senador Carlos Wilson (PSDB-PE); outro da Mesa da Câmara dos Deputados e o terceiro do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) - serão relatados na CCJ pelo senador Beni Veras (PSDB-CE); na CAE, pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), e na CAS pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

O projeto de Carlos Wilson respeita os direitos adquiridos e estabelece que as despesas decorrentes da extinção do IPC correrão à conta das receitas e do patrimônio do instituto, devendo ser custeadas pela União, em caráter suplementar, em caso de insuficiência dos recursos do IPC. Na justificativa da proposi-

ção, o senador afirma que a discussão sobre a reforma da Previdência está sendo atrapalhada por questões menores, como a aposentadoria parlamentar.

- Entendo ser esta a bandeira branca de trégua, o sacrifício necessário que permitirá, enquanto tramita o projeto que estou apresentando, a discussão adequada da matéria principal - a viabilização da Previdência Social para todos os brasileiros - bem como a busca de uma

exame de saúde.

Pelo projeto da Câmara, o parlamentar poderá ser aposentado com proventos integrais, correspondentes à remuneração fixada para os membros do Congresso Nacional, por invalidez permanente, quando esta ocorrer durante o exercício do mandato e decorrer de acidente, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, ou aos 35 anos de exercício de mandato e 55 anos

de idade. A proposição prevê ainda a aposentadoria com proventos proporcionais.

O projeto de lei do senador Je-

fferson Péres, por sua vez, extingue a filiação compulsória ao IPC.

- A filiação compulsória dos congressistas ao IPC, embora prevista em lei, é arbitrária, pois se trata de um sistema de previdência complementar e não de um sistema básico que obriga a todos indistintamente - sustentou o senador, na justificativa da proposta.

O senador Jefferson Péres acrescentou que faz restrições ao IPC, já que o custeio do instituto é feito, na maior parte, com as contribuições da Câmara e do Senado.

**Há três propostas em debate: duas de iniciativa de senadores - Carlos Wilson e Jefferson Péres - e a terceira originária da Câmara**

solução definitiva e satisfatória para a questão da aposentadoria parlamentar - acrescentou.

Já o projeto da Mesa da Câmara prevê a liquidação do IPC em 1º de fevereiro, estabelece que ele será sucedido, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, preserva os direitos adquiridos e dispõe que os atuais segurados obrigatórios do IPC poderão inscrever-se como segurados do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, independentemente de idade e de

*Propostas do Executivo são examinadas e aperfeiçoadas por parlamentares, na opinião do senador, para quem o problema maior se verifica na execução do que foi previsto, em todos os níveis de poder*

## Coutinho diz que Legislativo melhora Orçamento

### Economia globalizada deixa Amapá mais próximo da Europa

O governador do Amapá, João Capiberibe, disse ontem que, frente ao processo de globalização em curso, o fato de os estados nortistas serem fronteiriços "acabou revelando-se uma vantagem". Ao dar o exemplo do Amapá, que estabeleceu acordos de cooperação com a Guiana e, através desta, o acesso ao mercado francês e europeu, o governador sugeriu que as bancadas amazônicas definam

como prioritárias as demandas orçamentárias dirigidas para implementar a conexão direta do Norte com os mercados internacionais.

- À distância, a sensação é de que o país é governado pela metade, daí as históricas diferenças entre Norte e Sul. Mas estamos vivendo uma guerra de mercados e, nela, estamos mais próximos do hemisfério Norte e de seus grandes mercados - argumentou.

Essa alternativa de conexão direta com a União Européia, na opinião do governador do Amapá, é mais vantajosa do que as que estão atualmente colocadas: o Mercosul e a Alca. Entusiasmado com essa perspectiva, Capiberibe anunciou que, em 1999, o Amapá terá ligação direta com Georgetown, "o que abre amplos mercados para as regiões Norte e Nordeste".

- Por que nos mantemos presos ao mercado americano quando há outras alternativas? - questionou.

Ao reiterar sua proposta, o governador frisou que os recursos orçamentários são escassos, sujeitos a uma execução "inglória", e que, diante disso, o mais racional seria reunir as propostas de cada estado e, na medida do possível, "amarrar uma ponta com a outra e construir um caminho nosso".

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) afirmou na quarta reunião regional da Comissão Mista de Orçamento, ontem, que no âmbito do Legislativo as propostas do Executivo para o Orçamento da União têm sido submetidas a correções que aprimoram as peças originais. A seu ver, os maiores problemas orçamentários estão concentrados na execução, de responsabilidade do governo federal, que seria evitada de sérios equívocos, cometidos por todos os governos, indistintamente.

A principal dificuldade destacada pelo senador é o fato de as liberações de recursos federais serem concentradas no segundo semestre, em muitos casos praticamente no final do ano. Desse modo, a média nacional de execução do Orçamento de 1997 atingiu apenas 9%, sendo que, para o Pará, foram liberados

Coutinho: bancada paraense define prioridades



apenas 3% dos recursos autorizados.

Coutinho Jorge ressaltou que a bancada federal paraense tem anualmente se unido em torno da definição das dez emendas prioritárias a que tem direito, pelas regras da comissão mista. Ele anunciou que, hoje, a bancada se reúne para fixar as priorida-

des a serem defendidas no Orçamento para 1998.

No ano passado, disse, as emendas coletivas paraenses foram feitas em favor de rodovias, hidrovias, portos e energia:

- Se os recursos tivessem sido aplicados em tempo hábil, muito se teria mudado no estado.

## Reunião em Belém conclui que há colonialismo contra o Norte

Por designação do presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a quarta reunião regional de discussão do Orçamento para 1998, realizada em Belém, ontem, foi presidida pelo deputado José Prianti. Em nome dos estados nortistas, ele registrou sua profunda inquietação com o que chamou de "colonialismo" a que o Norte estaria sendo submetido, particularmente pelo Centro-Sul.

A coordenação geral do encontro coube ao senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), que solicitou aos representantes dos vários estados a discriminação detalhada das suas demandas, para posterior consolidação, a ser feita



Suassuna: reunião em Belém

entre as bancadas federais e as respectivas relatorias da comissão mista.

Estiveram presentes o governador do Amapá, João Capiberibe, os secretários de Planejamento das unidades federativas do Norte, prefeitos e vereadores.

Em nome do governador do

Pará, Almir Gabriel, o subsecretário estadual de Planejamento, Sérgio Leão, apresentou os projetos estratégicos para o estado, a maioria deles contemplada no Orçamento para 1998, mas em montante insuficiente. Tal é o caso, conforme exemplificou, das BRs-316, 230 e 158 e da recuperação do porto de Santarém, cuja importância regional estaria no carregamento das cargas transportadas através da hidrovía do rio Madeira.

Outra demanda estadual refere-se à conclusão, no âmbito dos recursos geridos pelo Ministério de Minas e Energia, da rede de transmissão de energia elétrica para o Baixo Tocantins.

**Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo**

*Informações para recepção do sinal da TV Senado*

Satélite - B1  
Transponder - 1 BE (Banda Estendida). Polarização: Vertical  
Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz  
Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz  
Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz  
Antena - 3,6 m  
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)  
Receptor de Vídeo/Aúdio Digital  
NTSC Spectrum Saver - Modelo: NGS  
Integrated Receiver/Decoder (IRD)  
Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)  
Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6.6 Mb/s.

*Lei do Meio Ambiente será sancionada por Fernando Henrique, que editará medida provisória em favor dos evangélicos*

## Arruda anuncia MP para garantir o som dos cultos

Quando sancionar a lei do Meio Ambiente, preste a ser votada na Câmara, o presidente Fernando Henrique Cardoso pretende editar medida provisória, excluindo os templos religiosos das penalidades previstas para quem emitir sons acima de determinados limites. A informação foi dada ontem, em plenário, pelo líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), que, conforme disse, a recebeu do próprio presidente.

Ele contou que, semana passada, acompanhou um grupo de senadores, deputados e lideranças evangélicas a uma audiência com o presidente da República, levando ao governo a preocupação com o projeto de lei do Meio Ambiente, que deverá ser aprovado na Câmara com artigos que, na opinião desse grupo, ferem a liberdade de culto religioso con-



Arruda: toda religião tem som sagrada na Constituição.

Arruda disse que os artigos 66 e 67 do projeto de lei atingem a liberdade de culto, visto que a utilização de instrumentos sonoros é uma prática normal em qualquer igreja. "O som faz parte da estrutura básica de qualquer religião. Não há igreja, hoje, que não o use", lembrou ele.

O senador também explicou que a Constituição não pode ser contrariada por lei comum, e lamentou que algumas leis municipais já tenham sido aprovadas no Brasil para

multar templos que estão apenas exercendo sua liberdade de culto religioso. Observou, contudo, que não defende excessos nesse assunto, mas emissões sonoras dentro do que já prevê a lei.

Conforme Arruda, terminada a audiência o presidente lhe comunicou que, no mesmo dia da sanção, assinará uma medida provisória excluindo os templos religiosos das penalidades previstas.

Para o senador, essa MP garantirá que nenhuma lei municipal cercará a liberdade de culto religioso. Ele sinalizou que a comunidade evangélica está em estado de tensão, daí por que se preocupou em trazer a plenário "uma palavra de tranquilidade".

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Benedita da Silva (PT-RJ) e Valmir Campelo (PTB-DF) solidarizaram-se com as palavras de José Roberto Arruda.

## Lucena apela por servidores de universidade na Paraíba

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) pediu ontem ao governo federal que reveja a decisão de não pagar o reajuste salarial de 28%, obtido na Justiça, aos servidores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). "Não acredito que o presidente da República concorde com esse procedimento esdrúxulo, ilegal e inconstitucional", assinalou.

Lucena explicou que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região concedeu em março deste ano - com base em percentual atribuído em 1993 aos militares - o reajuste aos seis mil servidores da UFPB. Conforme informou, não houve interposição de recurso, e portanto a decisão foi confirmada.

O senador disse que o Ministério da Administração remeteu, em maio, os contracheques re-



Lucena: contracheque sem fundos

lativos ao pagamento de 30% do reajuste conquistado, ficando os 70% restantes para junho. No entanto, acrescentou, logo depois, uma portaria do Ministério da Fazenda condicionou o pagamento de qualquer vantagem concedida pela Justiça a servidores federais à comprovação de dotação orçamentária para esse fim.

- Mesmo sendo editada poste-

riormente à decisão judicial, o Ministério da Administração imediatamente, sem qualquer aviso prévio ou procedimento administrativo e legal, fez incidir a portaria nesse caso. Embora tenha distribuído os contracheques relativos ao pagamento dos 70% restantes, não depositou os valores do reajuste, ou seja, emitiu contracheques sem fundos. E, pior, descontou nos vencimentos de todos os servidores a adiantamento que havia efetuado dos 30% do reajuste - afirmou.

Lucena informou que, "absurdamente", o governo federal descontou Imposto de Renda e Previdência Social nos vencimentos normais dos servidores da UFPB sobre o percentual que não está pagando. Por causa disso, frisou, mais de 300 funcionários estão, há vários meses, recebendo contracheques negativos.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

7h - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre a política econômica adotada no país (reapresentação)

8h - Debate entre o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e o consultor do Ministério do Meio Ambiente, José Cesário de Barros, sobre o Consórcio Ecológico (reapresentação)

9h30 - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) (reapresentação)

10h - Comissão de Constituição e Justiça (ao vivo)

11h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos (ao vivo)

14h30 - Sessão plenária (ao vivo)

Logo em seguida - Comissão de Relações Exteriores (pré-gravada pela manhã)

20h30 - "Congresso Hoje"

20h40 - Sessão plenária (reapresentação)

1h - Debate entre o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e o consultor do Ministério do Meio Ambiente, José Cesário de Barros (reapresentação)

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Reunião da Comissão de Constituição e Justiça

11h - Reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

24h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30

## Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de descagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;

- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;

- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta; e

- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

"A expansão do setor se deu a partir da estabilização da moeda e da entrada de bancos e de empresas estrangeiras no mercado"

## João Rocha aponta vantagens de competição entre seguradoras

Os benefícios decorrentes da concorrência hoje existente entre as empresas seguradoras que atuam no Brasil foram destacados pelo senador João Rocha (PFL-TO). Ele entende que a competição saudável, ao estimular o barateamento dos serviços oferecidos e a melhoria da qualidade dos mesmos, beneficia tanto os segurados quanto as empresas, as quais se sentem compelidas a baixar os custos administrativos e de comercialização.

João Rocha explicou que a expansão do setor de seguros se deu a partir da estabilização da moeda, da penetração de bancos no mercado, como é o caso do Banco do Brasil e do Bradesco, e, principalmente, da vinda de empresas estrangeiras para o mercado brasileiro.

- Muitas empresas estrangeiras se instalaram aqui para atuar em nome próprio.



João Rocha: seguradoras vão faturar US\$ 19 bilhões

Outras preferiram o caminho da parceria com empresas brasileiras. É uma associação vantajosa para ambas as partes e para o país. As seguradoras estrangeiras interessam entrar num mercado com grande potencial de crescimento e associar-se a quem o conhece. As seguradoras brasileiras interessam absorver o capital, o *know-how* de produtos e a forma de organização das seguradoras estrangeiras - afirmou.

João Rocha lembrou que as seguradoras, este ano, deverão faturar 19 bilhões de dólares em todas as modalidades de seguro. A seu ver, essa expansão será ainda maior quando se concretizarem medidas como a reforma da Previdência, o fim do monopólio de seguro de acidente de trabalho e a gradual diminuição do monopólio de resseguros.

## Parga é contra monopólio do espanhol nas escolas

O senador Bello Parga (PFL-MA) afirmou ontem que o projeto de lei do Senado que obriga as escolas de segundo grau a ensinarem o idioma espanhol "perturba" a recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O projeto foi enviado pelo Senado à apreciação dos deputados, depois de ter sido aprovado de forma terminativa na Comissão de Educação.

O fato de ter fronteiras com países onde o idioma oficial é o espanhol "não é motivo suficiente" para se exigir nas escolas brasileiras o seu ensino, ponderou o senador. Para ele, no fundo o Congresso "está precisando dar uma parada para meditar sobre sua fúria legislante", assina-



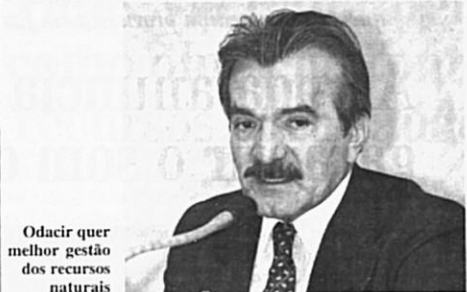
Parga: parada para meditar

lando que os brasileiros já têm mais de cinco mil leis. "Essa enxurrada de leis atrapalha a vida do país", observou.

- Esse projeto cria uma reserva de mercado para os pro-

fessores de espanhol. É estranho aprovarmos tal proposta meses depois de ter entrado em vigor a LDB, onde se exige apenas um idioma estrangeiro, sem dizer qual deve ser - destacou.

Bello Parga leu carta do presidente da Federação Brasileira dos Professores de Francês, Dário Pagel, na qual alerta que o projeto fere a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos "e o princípio democrático para um ensino diversificado de idiomas estrangeiros" nas escolas. Conforme o presidente da federação, esse ensino diversificado "não é um luxo, nem supérfluo, mas sim a preparação do brasileiro para sua futura mobilização profissional e sócio-cultural".



Odacir quer melhor gestão dos recursos naturais

## Odacir incentiva luta pelo meio ambiente sadio

O senador Odacir Soares (PFL-RO) defendeu o envolvimento de todos os setores da sociedade na busca de políticas para gestão dos recursos naturais. "A degradação ambiental relacionada ao crescimento desordenado das cidades atualmente extrapola o universo dos especialistas para se tornar um tema frequente e se difundir por todas as camadas da sociedade", afirmou.

Odacir Soares elogiou o trabalho realizado pela Universidade Livre de Meio Ambiente (Unilivre), em Curitiba, no Paraná, que, a seu ver, destaca-se como pólo de educação ambiental, difundindo a prática do desenvolvimento auto-sustentado para outras cidades do Mercosul. Conforme relatou, a instituição tem como objetivo disseminar experiências ligadas a questões ambientais e urbanas, com vistas a criar e consolidar nos cidadãos uma consciência que contribua para o aprimoramento da qualidade de vida.

Para atingir esse objetivo, de acordo com o senador, aquela universidade concentra sua atuação em quatro linhas básicas de trabalho: a difusão de valores

ecológicos e sociais por meio da comunicação de massa, a operação de uma base de informações que propicie a realização de estudos e pesquisas sobre o meio ambiente, o desenvolvimento de atividades de pesquisa visando à busca de soluções alternativas e a prestação de serviços de consultoria especializada nos campos do ecodesenvolvimento e da gestão ambiental.

Odacir destacou também o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo), que "dá curso a uma política de ordenamento ambiental para a ocupação de terras rurais no estado, segundo o zoneamento sócio-econômico-ecológico".

Na opinião do senador, o plano deve conscientizar a população quanto à importância do meio ambiente. Ele afirmou que o programa vai contribuir para o estabelecimento do sistema estadual de unidades de conservação e para promover um projeto de educação ambiental visando à preservação dos recursos naturais e à biodiversidade da região.